



# ÁGUA PARA QUEM PRECISA: fechem as torneiras das grandes empresas!

O Ceará atravessa o quinto ano consecutivo de seca, com baixos aportes aos reservatórios. No entanto, como secas são recorrentes e muitos cientistas alertam que elas tendem a se agravar com o aquecimento do planeta, certamente não se pode dizer que os governantes não foram alertados acerca da gravidade do quadro.

Especialmente em 2016, a situação já havia sido prevista há muito tempo (pelo menos desde o segundo semestre de 2015), e as medidas necessárias para salvaguardar a segurança hídrica estadual não foram tomadas. Hoje, é preciso agir de forma drástica.

Conforme previsto no Artigo 11 da Lei Estadual de Recursos Hídricos, é possível suspender “de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário” a outorga de direito de uso da água no caso de “necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas” e “necessidade de atendimento a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas”, itens que se colocam claramente na conjuntura atual.

Nesse sentido, reivindicamos:



## PAUTA ESTADUAL

- ***Suspensão total ou parcial das outorgas concedidas a grandes usuários em conflito com o abastecimento humano e agricultura familiar;***
- ***Desligamento imediato de todas as termelétricas em operação no estado;***
- ***Fim das tarifas especiais da água para grandes consumidores (exemplo, os 50% concedidos às termelétricas);***
- ***Fim dos incentivos fiscais para setores hidroativos (o que inclui o fim do desconto de ICMS para carvão mineral, gás natural, etc.);***
- ***Programa de segurança hídrica urbana, incluindo captação de água em prédios públicos e residências, distribuição de cisternas domésticas e caixas d'água para população de baixa renda;***
- ***Reativação dos chafarizes no interior e região metropolitana de Fortaleza;***
- ***Não utilização da água do Cauípe para o Complexo do Pecém.***

## VALE DO JAGUARIBE: Limoeiro, Russas, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Potiretama

### TERRITÓRIO CHAPADA DO APODI / RIOS PERENIZADOS E EIXÃO DAS ÁGUAS

#### **1. CONSIDERAR O AQUÍFERO COMO UM BEM DE USO PRIORITÁRIO DOS/AS AGRICULTORES/AS CAMPONESES/AS E COMUNIDADES DA CHAPADA DO APODI: LIMOEIRO, QUIXERÉ, TABULEIRO DO NORTE E POTIRETAMA.**

- Perfuração de poços profundos - e implantação da infraestrutura para captação e distribuição da água - nas comunidades de Cajulândia, Boa Vista, Baixa do Jatobá, Venha Ver, Sítio Simão, Sítio Três Irmãos do município de Potiretama para abastecimento humano e produção da agricultura camponesa;
- Perfuração de 08 poços no Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte, e 02 no Assentamento Bernardo Marim II, no município de Russas.

#### **2. SUSPENSÃO TOTAL/PARCIAL DAS OUTORGAS DOS QUE FAZEM USO INTENSIVO DA ÁGUA DO AQUÍFERO JANDAÍRA/AÇU (MÉDIOS E GRANDES USUÁRIOS), TENDO COMO JUSTIFICATIVA O PERÍODO DE SECA E EXTRAÇÃO INSUSTENTÁVEL DO RESERVATÓRIO E:**

- Monitoramento e Fiscalização de poços (hidrômetros) das grandes empresas;
- Suspender outorga e/ou reduzir a vazão dos poços das grandes empresas;
- Limitar o número de poços a serem perfurados pelas empresas;
- Que seja estipulada para as empresas um limite de volume outorgado, visando os usos múltiplos e a conversação ambiental do aquífero.
- Suspender a emissão de NOVAS outorgas de perfuração e uso da água dos médios e grandes usuários no aquífero
- Limitar o tamanho da propriedade rural na área do Aquífero Jandaíra/Açu.
- Estabelecer vazão e quantidade máxima de poços por usuário.
- Produzir e divulgar diagnóstico que identifique os usuários do aquífero, a vazão extraída, área plantada, cultura irrigada e os laudos de contaminação da água.
- Estabelecer uma política de transição agroecológica direcionada aos agricultores e agricultoras camponeses/as.

#### **3. ÁGUA DO CASTANHÃO/EIXÃO DAS ÁGUAS DEVE SER PRIORIZADA PARA CONSUMO HUMANO E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.**

- Água no leito do rio Quixeré até o município de Aracati como prioridade para o consumo humano e produção da agricultura camponesa;
- Suspensão total/parcial das outorgas de grandes usuários do Eixão das Águas;
- Fiscalização e proibição das produções da carcinicultura e arroz com a água do rio;
- Instalação de adutoras para abastecer as comunidades rurais/urbanas em todo o percursos do canal.

#### **4. COMUNIDADES ATINGIDAS PELA SEGUNDA ETAPA DO PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIROS DE RUSSAS: NEGAÇÃO DE DIREITOS**

- Direito à energia: energização da rede;
- Direito à terra: repasse oficial da concessão da terra de produção para as Associações Comunitárias, como disposto no TAC. ;
- Direito aos lotes da segunda etapa: seleção dos/as agricultores/as expropriados/as para acesso aos lotes do perímetro.

#### **5. COMUNIDADES BARRAGEM DO FIGUEIREDO (DNOCS E IDACE): NEGAÇÃO DE DIREITOS**

- Direito à energia: instalação e energização do poço profundo Boa Esperança, em Potiretama, e da adutora Boa Esperança, no município de Iracema;
- Direito à terra: compras de terras para a implantação de áreas produtivas das comunidades de Lapa e Boa Esperança, em Iracema;
- Direito à água: construção de cisternas de placas nas comunidades de Boa Esperança - Potiretama e Iracema, visto que estas comunidades já tinha cisternas e o açude pequeno do entorno da comunidade onde foi instalada a adutora que fica a 1km de distância;
- Que a adutora instalada na comunidade de Boa Esperança, Iracema, seja bombeada a água do Figueiredo e não do açude pequeno;
- A água do poço escavado na comunidade de Boa Esperança, Potiretama, não é apropriada para o consumo humano (salgada), por esta razão reivindica-se energização e dessanizador;
- Que as comunidades impactadas pelo Figueiredo - Boa Esperança, Lapa, Vila São José - tenham acesso à água da barragem.
- Direito às vazantes: no entorno da barragem, depois da cota 100, seja definida prioritariamente para a agricultura camponesa, previamente discutida com participação ampla do coletivo das comunidades que foram impactadas, em reunião ampla e aberta.

## **ÁGUAS NO CARIRI**



### **Potencial:**

A região do Cariri ao longo da sua história foi, e ainda é, considerada um oásis por muitos viajantes e pesquisadores. O que diferencia a região do área de semiárido que o circunda é a Chapada do Araripe. Esse imenso planalto absorve as águas das chuvas fazendo emergir em fontes de águas. Só do lado do Ceará são 293 fontes que jorravam água (DNPM).

A região é formada por inúmeros rios que formam a Bacia do Salgado, no Crato os mais importantes são o Granjeiro e o Batateiras. Os índices pluviométricos chegam a 1.000 mm, os aquíferos são os maiores e os mais importantes do Ceará. Nas três principais cidades da região, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha 90% do abastecimento é feito por água subterrânea.

## **Preocupações:**

O dinamismo econômico que a região vem “sofrendo” nos últimos anos está impactando diretamente no potencial hídrico da região. A qualidade da água subterrânea já vem apresentando sinais de poluentes e traços de metais pesados. Os municípios não investem em saneamento e todos os rios das três principais cidades se transformaram em esgotos a céu aberto.

A expansão urbana nas áreas de vale e a ocupação da encosta com loteamentos, balneários e condomínios fechados vem comprometendo a recarga dos aquíferos e as fontes da encosta. As águas das fontes foram canalizadas para atender aos interesses dos latifundiários e políticos da região. As Unidades de Conservação (APA do Araripe, FLONA - Floresta Nacional do Araripe e as ZEAs - Zonas Especiais Ambientais) estão sendo desrespeitadas.

## **O CAC no Cariri**

O maior problema para a região tem sido o CAC, maior obra hídrica do estado que no Trecho 1 vai cruzar oito municípios da região (Jati, Porteiras, Abaiara, Brejo Santo, Missão Velha, Barbalha, Crato e Nova Olinda). São aproximadamente 150 quilômetros que vão bordejar a Chapada do Araripe impactando diretamente algumas fontes. Muitas comunidades tradicionais (camponesas e indígenas) estão sendo desterritorializadas para a construção da obra e a porção mais valiosa da Chapada do Araripe está sendo apropriada e explorada para atender os interesses econômicos.

## **Desafios:**

Diante dessa realidade foi criado, no final de 2015, o Fórum Popular das Águas do Cariri. Que tem como objetivos:

1. Fiscalizar o projeto CAC pelos órgãos públicos, desde o uso de recursos, pagamento de indenizações, impactos causados e o cumprimento compensações ambientais e estruturais da obra;
2. Elaborar relatórios circunstanciais sobre o CAC para fundamentar eventuais denúncias ao Ministério Público;
3. Promover debates públicos, intervenções e ações constantes com as comunidades atingidas pelo CAC e sociedade civil, canais de divulgação com denúncias e informações;
4. Cobrar do poder público o que foi previsto na Assembleia Geral da Onu, em 2010, em que o acesso a água potável e saneamento é um direito humano público e comum.
5. Cobrar políticas públicas relacionadas as Tecnologias Sociais Hídricas;
6. Reivindicar para que as legislações ambientais sejam cumpridas (APA, FLONA, ZEAs);
7. Incentivar a criação de fóruns regionais populares sobre a gestão hídrica no estado do Ceará.

## GRANDE BOM JARDIM



A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), composta por 35 organizações do território Grande Bom Jardim que lutam por direitos sociais de forma articulada e com participação popular, exige a ampliação e a implantação da Rede de esgotamento sanitário no GBJ, sendo aportada uma política de subsídios para viabilizar tanto as ligações intradomiciliares como as ligações dos domicílios cobertos à rede geral. Apenas 28,55% deste território têm cobertura deste serviço público essencial, bem inferior à média de cobertura da cidade de Fortaleza e a nacional, que são, respectivamente, de 59,56% e 55,45% (Censo IBGE 2010). Ou seja, dos 58.313 domicílios do GBJ, apenas 16.653 são ligados à rede geral de esgotamento sanitário. Uma das piores situações é o bairro Canindezinho, com apenas 14,91% dos domicílios cobertos pela rede geral, ou seja, dos 11.544 domicílios, apenas 1.722 são ligados à rede geral de esgoto. Salientamos que o Projeto Rio Maranguapinho (SECIDADES) previa a implantação de sub-bacias e que a Rede DLIS priorizou esta política na matriz lógica do Pacto por um Ceará Pacífico Território Bom Jardim.